

Não teria sentido, porque o trem-bala pararia no Campo de Marte e depois pararia em Guarulhos”, prossegue.

O especialista da Siurb lamenta que nenhum desses estudos tenha sido discutido e acredita que o projeto ainda está muito incipiente para ser colocado em concorrência, sendo preciso um detalhamento maior. Em sua visão, o projeto está preci-

sando “andar” um pouco mais, para que se possa ter mais certeza das coisas que vão avançando. “Os estudos de viabilidade apresentados até agora, todos conhecemos. Mas demanda é algo extremamente discutível. Ela tem lá algumas impedâncias que são estabelecidas por aqueles que fazem o trabalho, mas deve ser mais debatida, para que não se distorçam resultados e não se chegue a soluções equivocadas. Além disso, o traçado do TAV, ao chegar do Rio de Janeiro, já não será mais como o original,

devendo sofrer modificações. Ora, como colocar em licitação uma obra com tantas indefinições? Nós iríamos pagar pela pressa, por conta até da perda de credibilidade dos próprios engenheiros que participaram do projeto. Por isso precisamos nos defender por antecipação, para não desenvolvermos empreendimentos de forma tal que surjam grandes dúvidas, grandes questionamentos lá na frente. Aí então correríamos o risco de ter obras inacabadas, ou intermináveis, ou mutiladas”, concluiu. 🗨️

Eficiência energética e sustentabilidade em moradias da CDHU

Aquecedores solares em conjuntos de interesse social podem reduzir em até 30% o valor da conta de luz dos mutuários

A sustentabilidade nas moradias populares e a redução no consumo de energia elétrica constituíram a pauta do seminário “Eficiência Energética e Habitação de Interesse Social no Estado de São Paulo”, que aconteceu no dia 5 de novembro passado no Instituto de Engenharia. O evento, voltado para profissionais que trabalham com habitação de interesse social, construtoras, gerenciadoras, gestores públicos, universidades, concessionárias, entre outros, foi realizado pela Secretaria de Estado da Habitação, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e Conselho Brasileiro de Construção Sustentável (CBCS).

Na ocasião o secretário da Habitação e presidente da CDHU, Lair Krähenbühl, assinou um protocolo de cooperação técnica com o CBCS, com o objetivo de desenvolver um trabalho conjunto para monitorar e validar práticas de eficiência energética e promover a construção sustentável de moradias de interesse social. O acordo servirá como base para todas as entida-

des ligadas à construção civil no Estado.

A CDHU está investindo na produção sustentável com responsabilidade social para assegurar a conservação dos recursos naturais. Uma das grandes inovações está na instalação de aquecedores solares para a água do chuveiro em todas as novas unidades habitacionais. O intuito é reduzir as despesas dos mutuários com a conta de luz, economizar energia, principalmente nos horários de pico, e contribuir com a sustentabilidade ambiental. São cerca de 30% de economia para o mutuário. Além de incluir o item em todos os novos empreendimentos a CDHU firmou parcerias com as distribuidoras Bandeirantes e CPFL Energia para a doação de 10 800 aquecedores solares a serem instalados em conjuntos já entregues.

A Secretaria da Habitação vem adotando uma série de medidas para que seus conjuntos habitacionais sejam ecologicamente sustentáveis. No ano passado o governo estadual, por meio das secretarias da Habitação e do Meio Ambiente, assinou protocolo de cooperação com as principais entidades da indústria da construção civil e do ramo imobiliário para promover o desenvolvimento sustentável do setor.

Em 2007 também foram assinados dois documentos visando diminuir o impacto causado ao meio ambiente com a construção de moradias de interesse social, viabilizadas com recursos do Estado. Pelo protocolo de cooperação assinado com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a CDHU se comprometeu



Habitação modelo da CDHU na cidade de Lencóis Paulista (SP)

a adotar critérios de preservação ambiental durante o projeto, construção e habitação dos empreendimentos. Entre os compromissos assumidos estão: minimizar os resíduos de matéria-prima durante a obra; comprar insumos de empresas que respeitem protocolos de sustentabilidade da Secretaria do Meio Ambiente; utilizar madeira com certificado de origem; cobrar regulação dos veículos de transportadoras de insumos; promover a destinação adequada de resíduos de obras ou demolições; contribuir com a arborização do entorno dos conjuntos; reflorestar áreas de margens de cursos d’água existentes nos empreendimentos, entre outras.

Finalmente, um termo de cooperação firmado com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) teve como objetivo unir conhecimento técnico, recursos materiais e financeiros para promover estudos tecnológicos voltados ao uso racional de recursos naturais e ao emprego adequado de materiais nas construções realizadas pela CDHU. 🗨️



Habitação modelo da CDHU na cidade de Sertãozinho (SP)